



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DA ARE DE 05 DE JUNHO DE 2023

A Mesa do Plenário da ARE agendou para o dia 05 do mês de junho de 2023, pelas 21h, no Student's Hub (Antiga Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, POLO I), uma reunião ordinária do Plenário da ARE, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata e do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 20 de março de 2023;
3. Aprovação do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 16 de abril de 2023;
4. Aprovação da ata de deliberações referente ao Plenário de 26 de abril de 2023;
5. Aprovação da ata de deliberações referente ao Plenário de 03 de maio de 2023;
6. Discussão e votação das propostas de alteração aos EAAC referentes à Direção Geral (Definição e Competências);
7. Outros assuntos.

A presente ata é lavrada segundo o artigo 19.º do Regimento Interno da ARE, onde é referido que *“Das reuniões do Plenário da ARE é sempre lavrada ata, o mais possível discriminada e completa acerca dos acontecimentos e intervenções que nelas ocorrem” e que “A cada ata é anexado um resumo das deliberações tomadas na reunião (...)”*.

Os anexos à presente ata são:

- Anexo 1 - Resumo das deliberações tomadas na reunião;
- Ata e documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 26 de abril de 2023;
- Ata e documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 3 de maio de 2023.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Na reunião estiveram presentes 22 elementos da presente Assembleia de Revisão de Estatutos em funções, os membros Armando Manuel Machado Remondes, Beatriz Margarida Oliveira Bernardo, César Filipe Torres de Sousa, Daniel Seco Gonçalves Aragão da Silva, Daniel Tadeu dos Santos Sousa Mendes, Diogo Luis Fernandes Tomázio, Diogo Luís Quaresma Flório, Disa Alexandra Queiroz Palma, Duarte Agostinho Quitério de Jesus, Gonçalo Alexandre Leandro Santos, João André Dias Craveiro, João Emanuel Batista Bento, João Miguel Almeida Santana, João Pedro Carvalho Caseiro, Lúcia Daniela Pinto Parente, Luís Fernando Gonçalves Carvalho, Mariana Madeira Alexandre, Pedro André Ribeiro Madeira da Cunha Cerqueira, Pedro Miguel Brás de Almeida Sá e Andrade, Pedro Miguel Mendes Monteiro, Roberto Filipe Louro Geraldes, Tomás Nunes Amaral Rodrigues Craveiro, Vitor Manuel Marta Neves Chavez Sanfins.

Os membros Beatriz Marques Mendes, Emanuel Fernandes Nogueira, Sara Magno Almeida não estiveram presentes na reunião plenária, tendo apresentado justificação de falta. O membro José Miguel Taipa de Sousa Freire da Mota não apresentou justificação de falta.

André Cosme Mota Ribeiro, Beatriz Rodrigues Ribeiro, Filipe Nuno Carvalho Rosa, Gustavo Pedro Honório Nunes, Samuel Ramos Fernandes encontram-se em suspensão de mandato.

O Presidente da ARE/AAC, Daniel Tadeu, fez a primeira chamada às 21:22h e, estando reunido o quórum de 50%, estando 20 membros presentes, deu início à ordem de trabalhos.

Ponto 1 - Informações

Vitor Sanfins propõe à mesa que haja um período de inscrições para discutir as propostas e fora dele não poderia haver, tal como já aconteceu num plenário anterior.

Daniel Tadeu leu o pedido de suspensão de mandato do colega Samuel Fernandes.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento chama a atenção que esta situação já foi feita com Pedro Galveias e não tem nada a ~~h~~aver com a situação de Rafael Alves que foi expulso por faltas e tentou pedir a suspensão de mandato por causa disso.

Daniel Tadeu pretende fazer uma votação se a Assembleia aceita pedidos de suspensão com efeitos retroativos.

César Sousa afirma que não é um caso omissio.

Daniel Tadeu, após falar ao telemóvel com o colega, afirma que Samuel Fernandes cometeu um lapso e que a suspensão começa no presente dia até 19 de junho. Indica que o quórum está reduzido a 28 elementos, visto que ainda estão 4 membros em suspensão de mandato e ainda não houve substituição por parte da lista A. Informa que Emanuel Nogueira justificou a sua falta devido a um espetáculo que irá ter.

Votação: Suspensão de Mandato do colega Samuel Fernandes.

- a) 3 abstenções;
- b) 2 votos contra;
- c) 17 votos a favor.

Tendo sido aprovada. (*Nota: esta votação foi feita de modo secreto pela plataforma "Mentimeter"*).

Daniel Tadeu indica que recebeu as justificações de falta de Beatriz Mendes.

Roberto Geraldês indica que ainda tem aulas durante o dia todo, está a começar a escrever a tese e pede ao plenário para sair mais cedo do plenário sem falta.

João Bento pede que se acabem com as votações de saída dos membros antes da hora, visto que em reuniões passadas já ocorreram as votações e a assembleia acabou por acabar mais cedo.

César Sousa concorda com o colega João Bento.

Votação: O colega Roberto Geraldês pode sair da Assembleia sem falta.

- a) 1 abstenções;
- b) 2 votos contra;



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

c) 18 votos a favor.

Tendo sido aprovada. (*Nota: esta votação foi feita de modo secreto pela plataforma "Mentimeter"*).

Armando Remondes indica que falou com Samuel Fernandes e visto que enviou o seu pedido de suspensão de mandato na terça-feira, pergunta se não poderia contar como justificação só para ele não ficar com uma falta injustificada.

Daniel Tadeu responde que aceita e indica que a pedido de João Bento irá ocorrer votação para alterar a OT.

Votação: Inserção de novo ponto na Ordem de Trabalhos- Ata e documento resumo de dia 20 de março.

- a) 8 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 14 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Vitor Sanfins indica que se irá abster, uma vez que nesta data ainda não se encontrava no plenário.

Votação: Inserção de um novo ponto na Ordem de Trabalhos- Documento resumo de dia 12 de abril.

- a) 6 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 16 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Ponto 2 - Aprovação da ata e do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 20 de março de 2023

Votação: Aprovação da ata e do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 20 de março de 2023

- a) 8 abstenções;
- b) 0 votos contra;



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

c) 14 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Ponto 3 - Aprovação do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 12 de abril de 2023

Votação: Aprovação do documento resumo de deliberações referente ao Plenário de 12 de abril de 2023

- a) 9 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 13 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

João Bento indica que no passado já se tinha votado isto, tendo sido erro coletivo e pede à mesa que se organize melhor.

Ponto 4 - Aprovação da ata de deliberações referente ao Plenário de 26 de abril de 2023

Votação: Aprovação da ata de deliberações referente ao Plenário de 26 de abril de 2023

- a) 9 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 13 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Ponto 5 - Aprovação da ata de deliberações referente ao Plenário de 3 de maio de 2023

Vitor Sanfins indica que leu a ata deste plenário e cita o que foi escrito “ Vitor Sanfins dá o exemplo que, se inscrever na RUC, fizer o pagamento e for à entrevista, o único critério para ser efetivo é estar matriculado.”, indicando que a redação não tem informação nenhuma, pois o que foi dito no áudio foi o seguinte “ Vitor Sanfins dá o exemplo em que, alguém se tenta inscrever na RUC, faz o pagamento para ir à entrevista, depois não passa na fase de entrevista, e se quiser perceber o motivo pelo qual não passou deve poder consultar a ata em que a direção da RUC debateu as razões para ter



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D.Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

chumbado na entrevista. Ou seja, não é um associado seccionista com capacidade eleitoral reconhecida pela RUC. E depois faz outro paralelo, no sentido de diminuir as distinções entre associados efetivos e os associados seccionistas, em que explica que o único critério para ser associado efetivo é estar matriculado. Ou seja, no caso dos associados efetivos, uma pessoa não precisa de ter as propinas em dia para ter acesso às atas do núcleo que o representa e a toda e qualquer documentação desde o primeiro dia na UC.”, pedindo para que seja feita uma leitura antes de se submeter a ata.

Votação: Aprovação da ata de deliberações referente ao Plenário de 3 de maio de 2023

- a) 11 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 10 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Nota: Lúcia Parente ausentou-se da sala no momento de votação.

Ponto 6 - Discussão e votação das propostas de alteração aos EAAC referentes à Direção Geral (Definição e Competências)

Proposta: Artigo 38º - Definição. Alterar para: A Direção-Geral é o Órgão máximo executivo da AAC, assegurando a sua gestão financeira, administrativa e política, com competência de elaboração de Regulamentos gerais e de decisão nas áreas não especificamente delegadas a outros Órgãos pelos presentes Estatutos, com respeito pelas deliberações da Assembleia Magna.

Contextualização: Adicionar as competências de gestão administrativa e política à gestão financeira, uma vez que são competências intrínsecas da Direção-Geral e, deste modo, devem ser referidas na sua definição basilar. O conjunto de palavras "execução de decisões", embora tenha o seu sentido isolado, torna o artigo muito difícil de ler. Assim, este deve ser removido ou readaptado.

Proponentes: Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro

Armando Remondes indica que no fundo é para refletir um pouco do que já acontece atualmente, em que a DG faz a gestão do edifício e também define as políticas da casa.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento chama à atenção que na parte que fala da execução de decisões, deve-se ao facto de que quem lê isto fica um bocado confuso devido à sequência de palavras com uma fonética muito semelhante.

César Sousa considera que ter a execução também é importante, porque a DG é um órgão de execução.

João Bento indica que se deve colocar nas observações que a comissão de redação deve alterar a forma escrita.

Votação: Proposta: Artigo 38º - Definição. Alterar para: A Direção-Geral é o Órgão máximo executivo da AAC, assegurando a sua gestão financeira, administrativa e política, com competência de elaboração de Regulamentos gerais e de decisão nas áreas não especificamente delegadas a outros Órgãos pelos presentes Estatutos, com respeito pelas deliberações da Assembleia Magna. - Votação na globalidade

- a) 2 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 20 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Nota: Lúcia Parente ausentou-se da sala no momento de votação.

Proposta: Apagar a alínea a) do artigo 40: a) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos da AAC, com respeito pela competência interpretativa e decisória do Conselho Fiscal, e pelas competências executivas e deliberativas estatutariamente delegadas em Órgãos de estrato organizativo inferior;

Contextualização: Apagar a alínea a) do artigo 40º, uma vez que, em primeiro lugar, não é competência da DG fazer cumprir os Estatutos e, em segundo lugar, é dever de todos os órgãos, dirigentes e associados cumprir os estatutos, ou seja, é redundante isso estar referidos nas competências da Direção-Geral.

Proponentes: Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro

Luís Carvalho indica que o único argumento que vê pode ser algum modo que pode denegrir, neste caso, a parte do respeito pela competência, visto que não viu em



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

nenhuma parte dos estatutos essa parte da DG para com o órgão do CF, podendo, neste caso num futuro próximo, a DG rejeitar uma decisão do CF.

César Sousa diz que não percebe se Luís Carvalho está a discordar ou não.

Luís Carvalho indica que está a discordar só na parte de apagar a alínea, - achando que não faz sentido pela parte do respeito, da competência, porque nada impede num futuro próximo a DG rejeitar uma decisão do CF.

César Sousa indica que não discordando completamente com Luís Carvalho, nem concordando com a proposta, o problema poderia ser resolvido retirando a alínea na mesma e mais tarde quando se falasse do CF, especificava-se a competência do mesmo. Quanto à sua posição pessoal, percebe a intenção proposta, no entanto, não acha que seja necessário retirar este ponto, pois não vê mal nenhum em estar lá como competência da DG.

João Bento clarifica que está bem específico no art. 58º/n) que é competência do CF em multi pareceres públicos acerca da interpretação dos presentes estatutos e mais para a frente explica como é feita, e quanto ao resto, aplica-se a toda a **acasa**, não sendo preciso colocar órgão a órgão que deve respeitar o CF, tendo em conta que no próprio artigo nos princípios ressalva que a interpretação das normas e das lacunas pelo CF. Como o objetivo desta assembleia é simplificar os estatutos, deve-se eliminar este tipo de redundâncias.

Armando Remondes indica que no art. 58º/l) também diz que é competência do CF “Aplicar sanções aos Associados e Dirigentes da AAC”, o que já está previsto à DG.

Luís Carvalho clarifica que não está contra a proposta em si, mas levanta apenas um ponto que pode causar problemas, no entanto, já há possíveis alterações para resolver esses problemas.

Votação: Apagar a alínea a) do artigo 40: a) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos da AAC, com respeito pela competência interpretativa e decisória do Conselho Fiscal, e pelas competências executivas e deliberativas estatutariamente delegadas em Órgãos de estrato organizativo inferior- Votação na globalidade

a) 10 abstenções;



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

- b) 0 votos contra;
- c) 12 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Proposta: b) Elaborar: - Plano de Atividades da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos; - Orçamento anual da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos; - Relatório de Atividades da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos; - Relatório de Contas, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos; - Plano Estratégico trianual, a ser elaborado em conjunto com todos os Órgãos executivos da AAC; - Plano Orçamental, Plano Protocolar, Relatório de Contas e Relatório de Atividades da Festa das Latas e Imposição de Insignias c) Propor à aprovação da Assembleia Magna todos os documentos referidos na alínea b).

Contextualização: Na alínea b) do artigo 40 referir todos os documentos que a DG já constrói anualmente, realçando que os documentos são de toda a casa e não só da DG/AAC. Propor a obrigação da construção de um plano estratégico para a toda a casa, à semelhança que a UC faz e atualmente quase todas as organizações o fazem, com resultados positivos notórios. O plano estabelece metas e objetivos consistentes que têm de ser seguidos pelas futuras Direções-Gerais, evitando mudanças de rumo constantes. Além disso, ao ser aprovado em Assembleia Magna, o plano estratégico ganha legitimidade e representatividade, refletindo os interesses da comunidade académica. Essa aprovação fortalece o compromisso das Direções-Gerais na implementação do plano e na consecução dos objetivos da AAC.

Proponentes: Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro

João Bento clarifica que a Comissão de Redação deve tratar da redação da proposta, sendo que a novidade será o plano estratégico, que já se faz no NEM, bem como em outras organizações. Entendem que não se consegue fazer só por um ano, por isso seria um mero plano corrente. A AAC acaba por seguir uma linha de estratégia comum, contudo não há um pensamento de continuação, não se planeia para o futuro. É importante a casa toda reunir-se para a concretização do plano estratégico, traçando umas linhas orientadoras, os objetivos administrativos e financeiros. Faz a ressalva que a componente política cabe à Assembleia Magna. Inclui também a Festa das Latas, como o regulamento protocolar, orçamental etc., na altura quando se discutir esta parte poder-se-á alterar, por defeito já fica definido.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Armando Remondes completa que em relação ao plano estratégico, já tendo sido falado na Comissão Especializada da Direção-Geral, falou-se da questão de haver um administrador profissional para ajudar nos trabalhos a longo prazo. Mesmo não havendo um administrador profissional ou funcionário, havendo este plano já se consegue prever a execução destas festas a longo prazo.

João Bento afirma que será um documento estrutural e não deixa de ser político, que será aprovado em Assembleia Magna. Que obriga a que todos se sentem e exista consenso entre as diferenças que existem na Casa, e definam um rumo para a mesma, sendo que a sua execução não deixará de ser uma questão política validada pelos seus associados que sabendo que haverá um plano estratégico bem definido, conseguirão perceber as diferenças com que é realmente executado. Refere que nas outras associações no final de cada ano há uma análise e balanço.

Daniel Tadeu pergunta se surgir uma Direção-Geral que poderá ser disruptiva, ou seja, que quebre com a linha de continuidade como acontece em anos de disputadas, se esta ficará vinculada. Considera que uma Magna com tantos pontos será difícil de reunir quórum, podendo ser difícil de cumprir. Esclarece que se também irá a votação em conjunto com o plano de atividades de todas as estruturas e que, se sim, poderá ser muito confuso.

Pedro Monteiro indica que são propostas interessantes, mas sobre o plano estratégico trienal, com esta redação não existe o problema que não implica a apresentação do relatório desse plano, não havendo confirmação do que foi ou não feito, o que permite alguma flexibilidade. Refere que a questão do plano de atividades da AAC vai implicar que leve a alterações de estrutura noutras secções dos EAAC, como o desfasamento das tomadas de posse dos órgãos para com a DG, não havendo possibilidade de ter os planos todos simultaneamente.

César Sousa reconhece o benefício das propostas, mas é reticente em relação ao plano estratégico. Considera que pode ser benéfico para AAC, no entanto, não concorda com a comparação da UC, visto que traz um problema ao princípio democrático, pois a DG tem um mandato menor e tem de cumprir esse plano, apesar de terem sido eleitos com outras propostas. O grupo de dirigentes que aprovar o plano irá vincular direções que podem ter planos de eleições completamente diferentes/antagónicos podendo levar a que o plano não seja cumprido. Ou os representantes têm de desobedecer ao seu próprio plano para obedecer ao plano estratégico de outros dirigentes, com os quais podem não



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

concordar, ou fazer com que o plano estratégico acabe por não ser cumprido. Acrescenta que nenhuma DG tem o direito de vincular as seguintes ao seu próprio programa. Ou assume-se que os mandatos têm de ser maiores ou o plano tem de ser de duração menor.

Daniel Tadeu pergunta se implicaria que as tomadas de posse e planos de atividade fossem todas na mesma altura, se iria implicar que todas as estruturas iriam funcionar ao mesmo tempo que a DG. Questiona se as tomadas de posse teriam de ser na mesma altura, ou se os mandatos teriam de ser de 2 anos.

Diogo Flório considera a ideia do plano estratégico interessante, mas também um pouco utópica. Ao aglutinar todas as seções e núcleos, pergunta se numa Magna não se poderia questionar algum plano de atividade/relatório de contas já aprovados.

Diogo Tomázio indica que tem algumas dúvidas e reticências em relação à proposta. Considera que o plano estratégico será muito complicado, devido às roturas que existem, apesar de não existirem muitas a nível de administração e gestão, mas sim políticas. Pergunta o que pretendem em relação ao plano estratégico, se terá medidas políticas ou financeiras, visto que é muito relativo e superficial. Considera que não devia existir um plano de atividades na Festa das Latas pois é muito mais pequena, não tem tantas atividades como a Queima das Fitas e centra-se mais nas noites do parque. Não descarta a componente da inovação, acha que não faz sentido.

Nota: Pedro Andrade entrou às 22:34h

Daniel Aragão pergunta, na sequência do que disse Diogo Tomázio, se para candidaturas a fundos europeus, se são planos a médio a longo prazo, planos de intervenção do edificado, etc. De que forma é que deve ser votável em AM? Vai-se criar um regulamento para esta questão.

João Bento existem apenas duas coisas novas: o plano estratégico e os documentos relativos à Latada. Os restantes já existem nos EAAC, referindo o Orçamento Anual da AAC que está previsto desde 2017 e nunca foi feito. Concorda que é infazível. Esclarece que não mudou nada, mas que apenas acrescentam ao artigo discutido. Sobre a Latada dá razão a Diogo Tomázio, propondo-se a mudar o relatório de atividades para um de



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

gestão. Chama a atenção que o plano orçamental poderá ser discutido, mas terá de ser apresentado com muita antecedência, mas tendo em conta a prática, pode ser infazível.

Em relação ao plano estratégico, referindo que não é um plano de atividades, é um plano com indicadores e objetivos macro e a longo prazo. Dá o exemplo do edificado que, apesar do anúncio de obras, este não será cumprido amanhã, mas é algo para o longo prazo. Portanto, são coisas que necessitam de visão. Refere que são feitos Fóruns Culturais, Internúcleos e AAC, em que se estabelecem “guidelines”, mas não fica nada escrito/registado, não ficando aprovada a ideia da Casa conjunta e que não há local melhor do que AM para tal. Assim, os dirigentes trabalham o plano, estudam em conjunto os indicadores e objetivos - não as atividades -, para apresentar aos associados, dando-lhes a liberdade para decidirem e discutirem. Depois a próxima ARE deverá analisar se isto correu bem.

No que diz respeito a novas DGs que quebrem com a continuidade, este refere que tal não é uma coisa frequente, podendo ir à AM contribuir também. Apesar disso, mesmo havendo descontinuidade os objetivos andam todos à volta do mesmo, apenas mudam as pessoas e o modo de dirigir/executar.

Refere o exemplo da “propina zero” ou da propina internacional que nunca foi discutido em AM, mostrando a forma como as DGs não são coerentes na sua reivindicação e isso ser prejudicial. O plano permite conferir estabilidade e atingir os objetivos de forma concreta. Considera que a “propina zero” estar escrita de forma clara nalgum sítio, permitiu chegar onde estamos, por ser claro qual o objetivo.

Sobre as questões de Daniel Aragão, considera que não é preciso criar um regulamento para isto, esclarece que na parte 5 da DG irão trazer propostas para o plano estratégico, plano de atividades e orçamento.

César Sousa concorda com tudo o que foi dito, mas reitera que o grande problema é com o princípio democrático. Pegando no exemplo das parcerias e protocolos referido por João Bento, é uma vinculação dos dirigentes anteriores. Sendo que -isso se trata de uma vinculação da instituição perante agentes externos e se os mandatos mudam, estes terão de se vincular a isso. O plano estratégico não deveria vincular somente a DG, mas



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

todas as estruturas. Considera impossível respeitar um programa que seja diferente, se houver um plano estratégico incompatível.

Pedro Andrade percebe o que César Sousa disse, mas acha que ter um guia orientador de 3 em 3 anos, que engloba todos os agentes da Casa, pode permitir às pessoas que estão nos órgãos ter um certo seguimento e fazer um melhor planeamento de atividades, mas um plano estratégico não deve ser delimitador, apenas dá um caminho a seguir e uma orientação. Sendo que as pessoas que são novas nos órgãos já têm um rastilho por onde começar e não ficam confusos com o que devem fazer.

César Sousa concorda com tudo o que Pedro Andrade disse, mas se os problemas acontecem deve-se respeitar o princípio democrático. Se esses são os representantes que temos, são os que foram eleitos. Acredita que devemos mudar o sistema a nível de organização democrática da AAC e não simplesmente passar por cima dos representantes eleitos.

Vitor Sanfins pede a João Bento para responder aos pontos que Diogo Flório colocou.

João Bento reitera que os pontos levantados por Diogo Flório já estão nos EAAC, considera que se deve discutir estas dúvidas no ponto 5- Gestão financeira quando se discutir a questão do Orçamento da AAC e plano de atividades. Salienta que os planos estratégicos das instituições que nos são próximas, tal como a UC, correspondem à alteração de mandato. O próprio governo e comissão europeia que têm poderes de extrema-direita à extrema-esquerda, têm diversos planos feitos a vários anos e que existem mecanismos de decisão de situações que são estruturais e que não impedem que sejam feitas, muito pelo contrário, que é precisamente isso que permite executá-las. Dá ainda o exemplo do plano estratégico do reitor que tem uma percentagem muito baixa relativamente ao que foi executado e este justificou que o contexto foi a pandemia, ou seja, há flexibilidade para adaptação a situações imprevisíveis.

Vitor Sanfins questiona se o plano de atividades da AAC significa que todo o plano de atividades das estruturas tem de passar em AM.

João Bento indica que o que propuseram foi plano estratégico e regulamento para a Latada e que o resto é apresentado em AM.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

César Sousa considera que o plano de atividades conjunto da Casa é algo muito interessante.

João Bento concorda e reforça que já está previsto nos EAAC e que se deve perceber porque nunca foi feito. Este procede a ler a definição de Orçamento da AAC (EAAC 2017, artigo 51º), esclarece que este artigo demonstra porque é que há estruturas obrigadas a fazer orçamentos e outras não. O plano de atividades único permite ir buscar mais verbas e trabalhar de forma una.

Diogo Tomázio percebe os argumentos, mas relativamente ao plano estratégico trianual considera que não faz sentido no seu funcionamento. Pois, se for na parte administrativa e financeira, pode haver diferenças de opções de administração que em x ano uma opção seja melhor do que outra, não faz sentido que tal seja feito. Relativamente à parte política, apesar de defenderem as mesmas bandeiras devido aos EAAS, há várias formas de comunicar e reivindicar. Assim, o plano estratégico é muito difícil de defender, considera que é difícil meter a comunicar todas as estruturas a falar sobre primeiro a administração e, segundo, considera irrealista. Sobre o Orçamento da AAC diz que não é feito pois há um órgão executivo que é eleito para fazer a sua gestão, não fazendo sentido retirar essa independência das estruturas dentro dos possíveis.

Pedro Monteiro refere que na altura de Ramalho Eanes, foi aprovada uma lei que estabelecia a criação de três planos estratégicos: a longo prazo - grandes objetivos da economia período de 10 anos, médio prazo - abrangia a legislatura do governo - e anual. Foi reprovado por Cavaco Silva e retiraram a longo prazo, que continha os princípios de elaboração dos planos, princípios relativos à execução dos planos para não haver sobreposição do plano a longo prazo com o anual (plano de atividades, plano orçamental). Assim, refere que já existiu no passado algo semelhante e que demorou até Cavaco Silva o revogar. Assim, considera que pode existir um plano estratégico para o mandato.

Vitor Sanfins não sabe se a DG elabora planos de atividades e relatórios de atividades que incluam todas as estruturas, sendo que gostaria de perceber o que é que prevalece: se as estruturas, se a AM. Considera pouco claro e intrusivo.

César Sousa concorda com João Bento no que está definido nos estatutos é um plano de atividades da AAC que englobe todas as estruturas, sem nunca referir a autonomia das estruturas, algo que nunca foi feito, pois, confunde-se o plano da AAC com o da DG.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Daí considerar pertinente as preocupações de Diogo Flório, pode interessar para efeitos externos nomeadamente os apoios. Dá o exemplo do Conselho Cultural quando se candidata aos apoios da CMC em que submetem os planos de todas as estruturas, não faz sentido o que faz a DG. Considera que não se fazer este plano e apenas o da DG pode ser prejudicial para candidaturas a outros financiamentos.

Disa Palma concorda com a proposta porque dá unidade e visão à AAC, visto que se vão trabalhar coisas a nível da ação social, propinas, etc. ajudará a ter objetivos a todas a estas etapas. Entende que em relação às dúvidas que se têm levantado, que não é a DG que irá decidir os planos das Estruturas, mas é esperado que lhes peça os documentos de modo a aglutinar e apresentar.

João Bento completa que o princípio dos estatutos que está atualmente em vigor engloba os Conselhos Intermédios no papel, que é suposto logo eles conseguirem fazer esse apanhado de todas as suas estruturas. Na prática é um processo moroso para aquilo que é um mandato de 1 ano, podendo ter de haver reajustes para ser implementado, mas é esse o papel dos Conselhos Intermédios.

João Caseiro percebe os benefícios apresentados e discorda no facto de esta ser uma competência da DG, pois pode criar alguns constrangimentos a nível de atuação política, visto que acha que se irá burocratizar demais o trabalho da DG. Podendo levar a que não dediquem os seus esforços a outras matérias igualmente importantes. Compreende a importância da elaboração deste tipo de planos, sugere que os mesmos se façam a nível dos Conselhos (Cultural, Internúcleos e Desportivos), sendo que teriam facilidade de assegurar que em cada assembleia fosse aprovada o plano e o relatório, ficando em ata (ficando com a sua validação), retirando o constrangimento à DG.

João Bento pergunta se estão a discutir planos estratégicos ou plano de atividades e orçamentos.

João Caseiro responde “plano de atividades e orçamentos”.

João Bento sugere que se discuta esta questão na parte financeira- capítulo 4.

Pedro Andrade questiona se os Conselhos teriam de fazer os planos/orçamentos, sendo que depois se juntava ao da DG e fazer-se-ia um documento único ou 3 documentos. Considera que seria mais benéfico ser só um.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Diogo Flório entende as vantagens do plano de atividades/orçamento ser junto, sendo a favor. Continuando a achar que é de uma execução muito trabalhosa, partilhando da preocupação- até que ponto os relatórios/planos aprovados nos respectivos plenários da estrutura, não se sobrepõem ao que será levado a AM, e a vontade da Magna intervir sobre algum documento específico de um estrutura que esteja contemplado no orçamento geral, que já foi previamente aprovado.

César Sousa considera que devia haver um documento único, não vendo como é que isso poderia sobrecarregar a DG, pois acha que irá unificar todos os planos e relatórios. Acha que se pode criar uma ressalva de proteção daquilo que sejam as deliberações das estruturas, no que toca a planos de núcleos só se poderiam pronunciar os abrangidos por esse mesmo núcleo.

Diogo Tomázio comenta as dificuldades logísticas e a justificação do apoio do IPDJ.

João Bento afirma que estão a discutir algo que não está na Ordem de Trabalhos, sendo que há 13 propostas para serem discutidas.

Proposta:

b) Elaborar:

- Plano Estratégico trianual, em conjunto com todos os Órgãos executivos da AAC;
- Plano Orçamental, Plano Protocolar, Relatório de Contas e Relatório de Atividades da Festa das Latas e Imposição de Insígnias

c) Compilar:

- Plano de Atividades da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;
- Orçamento anual da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;
- Relatório de Atividades da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;
- Relatório de Contas, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;

d) Propor à aprovação e apresentar, na Assembleia Magna, todos os documentos referidos na alínea b) e c), respetivamente.

Proponente: Pedro Monteiro

César Sousa afirma que o plano da DG se deva levar a votação, e não apenas apresentado.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento apresenta uma proposta modificada.

Proposta 1:

Relatório de Gestão da Festa das Latas*

b) Elaborar:

- Plano Estratégico x anual, elaborado em conjunto com todos os Órgãos executivos da AAC;
- Plano Orçamental, Plano Protocolar, Relatório de Contas e Relatório de Gestão da Festa das Latas e Imposição de Insígnias;
- Plano de Atividades da DG/AAC;
- Orçamento anual da DG/AAC;
- Relatório de Atividades da DG/AAC;
- Relatório de Contas da DG/AAC;

c) Compilar:

- Plano de Atividades da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;
- Orçamento anual da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;
- Relatório de Atividades da AAC, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;
- Relatório de Contas, incluindo o da DG/AAC e de todas os demais órgãos;

d) Propor à aprovação e apresentar, na Assembleia Magna, todos os documentos referidos na alínea b) e c), respetivamente.

Votação: Globalidade - Proposta 1.

- a) 1 abstenção;
- b) 0 votos contra;
- c) 20 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Nota: Vitor Sanfins ausentou-se no momento da votação.

Proponentes: Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Contextualização: Neste artigo são mencionadas valências específicas de outros órgãos, mas não são ressaltados tópicos também pertencentes a outros órgãos tais como as Saídas Profissionais, a Pedagogia e a Formação Científica. Assim, entendemos que este artigo visa promover boas condições para a Casa, no seu regular funcionamento, produzir valor nas matérias referidas. Provavelmente, por erro, nunca foram acrescentadas as temáticas atualmente associadas aos Núcleos. Assim, pretendemos reformular a formulação do artigo para algo genérico e explícito.

Proposta: g) Assegurar o funcionamento permanente da AAC, procurando criar as condições para a sua longevidade e para exponenciar a atuação de todos os seus órgãos nas suas diferentes valências.

| João Bento **indica que** ficaram confusos com a redação original deste ponto, portanto alteraram a redação explicitando o que a AAC deverá fazer sem esquecer outros pontos.

Pedro Andrade compreende a alteração, após a explicação do colega.

Votação: Globalidade - “g) Assegurar o funcionamento permanente da AAC, procurando criar as condições para a sua longevidade e para exponenciar a atuação de todos os seus órgãos nas suas diferentes valências.”

- a) 1 abstenção;
- b) votos contra;
- c) 20 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Nota: Vitor Sanfins ausentou-se no momento da votação.

Proponentes: Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro.

Contextualização: Criar uma alínea semelhante à alínea h) referente à manutenção do parque digital que será criado consoante aprovado na definição da digitalização.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Proposta: h2) Gerir e manter ativos os recursos digitais da AAC, incluindo websites, plataformas online e sistemas de informação, garantindo sua disponibilidade e funcionamento contínuo para todos os órgãos, associados e dirigentes.

Votação: Globalidade - “h2) Gerir e manter ativos os recursos digitais da AAC, incluindo websites, plataformas online e sistemas de informação, garantindo sua disponibilidade e funcionamento contínuo para todos os órgãos, associados e dirigentes.”

- a) 0 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 21 votos a favor.

Tendo sido aprovada.

Nota: Vitor Sanfins ausentou-se no momento da votação.

Proponentes: Armando Remondes, Beatriz Ribeiro, Gonçalo Santos, João Bento, João Craveiro, Lúcia Parente, Samuel Fernandes, Tomás Craveiro

Contextualização: A atual formulação da alínea j) é completamente vaga referindo-se ao termo “delegados” que nem é definido. Desta forma, sugere-se uma nova disposição que, ao mesmo tempo, garante a distribuição da representação legal pelas demais estruturas.

Proposta: j) Representar a AAC para todos os efeitos legais, exceto nas competências delegadas a outros órgãos pelos presentes Estatutos.

César Sousa não concorda com a proposta, até porque a maioria da representação externa e interna da AAC é feita pela DG, nomeadamente pelo Presidente da DG, e a proposta retiraria a possibilidade do presidente comparecer em alguns eventos externos.

Armando Remondes questiona o colega se vê algum mal conforme a proposta foi redigida, até porque assim fica apenas mais explícito.

César Sousa explica que já foi em representação do cultural, com o colega João Caseiro e conforme está escrito o Presidente não poderia ir. Acha que a alínea deveria ficar como está.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

João Bento afirma que perante o que foi dito não se deve remover o que estava inicialmente, mas que se deve acrescentar ainda a proposta. Ficando explícita a representação legal e também a social.

Daniel Aragão considera que o que se poderia fazer era alterar a palavra “delegados” para “dirigentes”.

Pedro Monteiro lê o art. 140/2, em que está explícito que as direções de secções e núcleos têm de respeitar as decisões hierarquicamente superiores da DG.

Pedro Cerqueira concorda com o colega César Sousa, a inserção desta alínea irá provocar alterações nos artigos de competências das direções de secções, núcleos, etc. portanto acha que da forma como está é a forma mais prática.

Daniel Aragão retira a sua proposta, feita verbalmente.

César Sousa explica ainda que esta alínea poderá causar problemas a nível da disponibilidade, dos conselhos intermédios, por exemplo.

Armando Remondes afirma que fizeram uma reformulação, “Representar a AAC para todos os efeitos legais, podendo delegá-las a qualquer outro órgão da AAC”.

Pedro Cerqueira considera que semanticamente é mais bonita, mas é exatamente igual à anterior.

João Bento considera que a redação da proposta original não está bem explícita, daí quererem reformular esta alínea.

Proposta: Representar a AAC externamente, podendo, eventualmente, delegar essa competência a outros órgãos.

Proponentes: João Bento.

César Sousa sugere uma contraproposta.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Nota: Vitor Sanfins entrou novamente às 00:06h.

Nota: Roberto Geraldês saiu da assembleia às 00:07h.

Nota: ~~Vitor Sanfins entrou novamente às 00:06h.~~

Proposta: Contraproposta da alínea j), "Representar a AAC externamente, podendo, eventualmente, delegá-la.

Proponentes: César Sousa.

César Sousa afirma que a sua proposta só difere na presença dos "outros órgãos" porque por vezes essa delegação pode ser feita por alguém da DG.

Votação: A Assembleia pretende alterar a alínea j)?

- a) 4 abstenções;
- b) 8 votos contra;
- c) 9 votos a favor.

Tendo sido aprovado.

Nota: Diogo Tomázio ausentou-se da sala no momento da votação.

Declaração de voto de Diogo Flórido votou contra após a explicação de Pedro Cerqueira.

Votação: Especialidade - alínea j).

- a) 9 abstenções;
- b) 4 votos a favor da proposta (A)- "Representar a AAC externamente, podendo, eventualmente, delegá-la";
- c) 9 votos a favor da proposta (B)- "Representar a AAC externamente, podendo, eventualmente, delegar essa competência a outros órgãos.

Tendo sido aprovada a proposta (B).

Votação: Globalidade - alínea j).



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

- a) 2 abstenções;
- b) 12 votos contra;
- c) 8 votos a favor.

Tendo sido reprovado.

Votação: Alterar data do plenário para dia 14 de junho, quarta, em vez de segunda-feira.

- a) 5 abstenções;
- b) 0 votos contra;
- c) 17 votos a favor.

Tendo sido aprovado.

João Bento afirma que é favorável à votação, mas não foi feita no momento certo.

Votação: Prorrogação do plenário por mais 1h

- a) 1 abstenção;
- b) 14 votos contra;
- c) 7 votos a favor.

Tendo sido reprovado.

Ponto 7 - Outros assuntos

Sem mais intervenções Daniel Tadeu dá a reunião por terminada.



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

Comendador da Ordem Militar de Cristo e da Ordem Militar de Sant'iago de Espada
Membro Honorário da Ordem do Infante D.Henrique
Membro Honorário da Ordem da Liberdade
Medalha de Mérito Cultural
Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra
Medalha Honorífica da Universidade de Coimbra
Troféu Olímpico do Comité Olímpico Português
Instituição de Utilidade Pública

ASSEMBLEIA DE REVISÃO DE ESTATUTOS DA AAC

Daniel Tadeu
-Presidente-

Mariana Gil Passos
-Secretária-

Guilherme Castro
-Secretário-

Ana Carolina Miguel
-Secretária-

